



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

## **Estado de São Paulo**

### **ATA DA VIGÉSIMA NONA (29ª) SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Vigésima Nona (29ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 17 de setembro de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Daniel Gasparini dos Santos para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, neste ponto, o Presidente da Casa, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, suspendeu a sessão em curso, às 18h40, para uma reunião. Com todos os Vereadores, na Sala da Presidência. A sessão foi reaberta às 19h20 e, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o senhor Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Vigésima Oitava (28ª) Sessão Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 113, de 2015, de autoria do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, “instituinto, no Calendário Oficial de Mogi Mirim, o Dia do Atirador”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 114, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 63/2015, datada de 11/09/2015, objeto do Ofício nº 63/2015, de igual data, “dispondo sobre a concessão do serviço funerário, no município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 115, de 2015, de autoria do Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “estabelecendo, no âmbito do Município de Mogi Mirim, incentivo para adoção e manutenção de cães e gatos comunitários, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 116, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre a proibição da queima de lixo, de qualquer material orgânico, ou inorgânico, na zona urbana do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 117, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 75/2015,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

datada de 15/09/2015, objeto do Ofício nº 75/2015, de igual data, “dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 5.502, de 13 de dezembro de 2013, que criou o Conselho Municipal do Bem-Estar Animal”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 2015, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao senhor Leonildo Lopes da Silva”; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Relatório de Restos a Pagar, Posição de Dotação, Listagem de Empenho, Balancete da Receita, “referentes ao mês de agosto/2015” e Balancete Contábil, “referente ao mês de julho/2015”, da Prefeitura Municipal; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios nºs. 63 e 75/2015, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 114 e 117/2015 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 372/2015. A autoria: Cinoê Duzo. Assunto: requeiro ao prefeito estudo, no sentido de melhorar as condições de trabalho dos funcionários do SAMU, quanto aos uniformes, vale-alimentação, manutenção de viaturas e estrutura física e de viagens do Serviço Móvel de Atendimento de Urgência. Requerimento nº 373/2015. A autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: requeiro à empresa Vivo S/A e NET Serviços de Comunicação S/A, estudos para a instalação e implantação dos serviços de Internet Banda Larga, no Condomínio Santa Mônica. Requerimento nº 375/2015. A autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: requeiro à empresa Vivo S/A e NET Serviços de Comunicação S/A, estudos para a instalação e implantação dos serviços de Internet Banda Larga, no Condomínio Santa Úrsula. Requerimento nº 376/2015. A autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Requeiro cópia do contrato e seus aditivos da Empresa Angá Alimentação e Serviços para com o



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Município. Requerimento nº 377/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao prefeito municipal, para informações sobre a fila de espera, para vagas nas CEMPIs, no Município de Mogi Mirim. Requerimento nº 378/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao prefeito municipal, requerendo-lhe cópia do mapa das ruas do assentamento Horto Vergel e informações sobre a possibilidade de nominar as ruas do assentamento. Requerimento nº 379/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao prefeito municipal, sobre projetos existentes e ativos, que fazem a coleta seletiva de resíduos sólidos no município. Requerimento nº 380/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao prefeito municipal, solicitando planilhas com os gastos e custos dos desfiles cívicos, em comemoração à Independência do Brasil e Aniversário da Cidade de Mogi Mirim, no ano de 2014. Requerimento nº 381/2015. Autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Requeiro informações sobre o transporte de pacientes, pela Secretaria de Saúde. Requerimento nº 382/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços, quais providências estão sendo tomadas para amenizar os problemas provocados pelo transbordamento de águas do rio, que passa por baixo da Avenida Luiz Pilla, Distrito de Martim Francisco, invadindo casas aos redores. Requerimento nº 383/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: reitera ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Mobilidade Urbana e Secretaria de Obras e Planejamento, providências urgentes, visando a implantação de “lombadas”, na Avenida 22 de Outubro, próximo ao novo Condomínio Residencial Terrará e Transportadora TEL, objetivando garantir maior segurança aos moradores e demais munícipes que por ali trafegam, conforme Indicação nº 524, de 2014. Requerimento nº 384/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requeiro cópia de contrato de serviços



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

firmados, entre a Prefeitura de Mogi Mirim e a Empresa Gadagnoto Comércio e Serviços Ltda. – EPP, junto a ata de serviços realizados, com suas respectivas datas e locais de ação. Requerimento nº 386/2015. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: requeiro ao prefeito, no sentido de implantar um dispositivo redutor de velocidade (tipo lombada), em frente ao número 78, na rua Arlindo Leonello, no Jardim Flamboyant, zona norte. Requerimento nº 387/2015. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: requeiro ao prefeito, no sentido de implantar um dispositivo redutor de velocidade (tipo lombada), em frente ao número 55, na rua Amadeu Bucci, no Jardim Flamboyant, zona norte. Requerimento nº 388/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requeiro implementação de dispositivo de diminuição de velocidade, na Rua Benedito Luiz Eufrosino, no Jardim Planalto. Requerimento nº 389/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, informações relativas aos estudos feitos junto a Elektro, para a ampliação da rede de iluminação pública, no local denominado “Chácaras das Uvas”, face as constantes ocorrências policiais no local. Requerimento nº 390/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: requer seja oficiada a concessionária Intervias, a respeito da duplicação da Rodovia SP-147, Rodovia João Tosello, trecho Mogi Mirim a Engenheiro Coelho. Requerimento nº 391/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requeiro o envio de extratos de conta bancária específica e relatório detalhado de gastos do dinheiro arrecadado com a contribuição de iluminação pública – CIP. Requerimento nº 392/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a regularização da entrega de correspondências no “Residencial do Bosque”. Requerimento nº 393/2015. Autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Requeiro ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, que officie a Concessionária Viação Santa Cruz, para que realize a manutenção nas placas informativas dos itinerários dos ônibus, em todos os pontos de parada. Na sequência, o Sr.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 385/2015. A autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Solicito ao Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria de Obras e Planejamento/Gerência de Limpeza Pública, limpeza dos bueiros, localizados na Rua João Teodoro, esquina com a Rua Conde de Parnaíba, no centro. Indicação nº 386/2015. A autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço, providências para viabilizar a troca de lâmpada queimada, na Avenida 22 de Outubro. Indicação nº 387/2015. A autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Indico ao Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Sustentabilidade Ambiental, providências quanto à viabilidade de se fazer poda das árvores, localizadas no canteiro central da Avenida 22 de Outubro, para melhorar a iluminação. Indicação nº 389/2015. A autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, através da Secretaria de Negócios Jurídicos e Secretaria de Segurança Pública do Município, estudos quanto à viabilidade de se firmar consórcio público para utilizar, reciprocamente, os serviços da Guarda Municipal, de maneira compartilhada com os municípios limítrofes, conforme artigo 8º, da Lei federal nº 13.022 de 2014. Indicação nº 390/2015. A autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico operação tapa buracos, na esquina das Ruas Ricieri Ceregatti com Antônio Donatti, no Jardim Planalto. Indicação nº 391/2015. A autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico que realize operação tapa buracos na esquina das Ruas Francisco Dias Reis, com Antônio Teruel, no Bairro do Mirante. Indicação nº 392/2015. A autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico manutenção nas Ruas do Planalto Bela Vista. Indicação nº 393/2015. A autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico realize manutenção na boca de lobo e no passeio público localizados na Rua Ricieri Ceregatti, no Jardim Planalto. Indicação nº 394/2015. A autoria:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cinoê Duzo. Assunto: indico estudo, no sentido de reduzir o salário do prefeito e do vice-prefeito, em 50% dos seus vencimentos. Indicação nº 395/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico ao senhor prefeito municipal reparos na pavimentação, no cruzamento da Avenida da Saúde, com Rua Rio Grande do Norte. Indicação nº 396/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Prefeito Municipal, a substituição de lâmpadas queimadas, na Rua Benedito da Cunha Campos, em frente aos nºs 515, 543 e 575, no Jardim Nazareth. Indicação nº 397/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Prefeito Municipal, atuação do serviço “Tapa Buraco”, na Rua do Tucura, cruzamento com a Rua São Lazaro, Bairro do Tucura, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes, que transitam pela região. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção nº 76/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: moção de repúdio ao prefeito municipal, Sr. Luís Gustavo Antunes Stupp, em virtude do cancelamento do Desfile Cívico de 7 de Setembro de 2015. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, datados de 11, 14, 16 setembro de 2015, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 073/2015; do Requerimento nº 115/2015; Requerimento nº 300/2015; Requerimento nº 327/2015; Requerimento nº 322/2015; Requerimento nº 294/2015; Requerimento nº 278/2015; Requerimento nº 338/2015; Requerimento nº 337/2015, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores). Carta nº 123, de 26 de agosto de 2015, subscrita pelo Brigadeiro Ar Pero Luis Farcic, Chefe do CECOMSAER – Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, “respondendo ao Ofício nº148/2015, desta Casa de Leis”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador Laércio Rocha Pires). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Ao nos reunirmos, na Sala da Presidência, foi relatado o histórico dos fatos, contadas todas as etapas, desde início das discussões de mudança para novo prédio. Hoje, observamos os assessores se deslocando para lá, para o novo prédio, mas é preciso que se diga, que o Tribunal de Contas, que fiscaliza as contas do Poder Legislativo, apontou este contrato, feito pela Mesa atual, como abusivo. Nós, nove vereadores, iremos amanhã, no Tribunal de Contas. É um momento difícil da administração municipal, contenção de despesas, redução, e como o cofre é único, quem pagará o aluguel do Palácio de Cristal será o Poder Executivo. Nós temos vários argumentos, para defender nossa posição, para não irmos ao Palácio de Cristal. Desde o início deste processo, estamos resistindo na ida, para esse local, e é preciso, que todo o cidadão mogimiriano saiba, que vinte e três mil reais/mês, reajustados por dez anos, propiciaria a construção de um imóvel próprio para esta Casa. Portanto, nós não vamos arredar o pé. Estamos defendendo o respeito com o dinheiro público. Faz demagogia o prefeito Stupp, também quanto à redução que fez, de gastos no valor de quatrocentos mil reais. É uma demagogia, mas nós estamos aqui, para defender o cidadão, que passa momentos difíceis. Este contrato de locação do novo prédio da Câmara trará dificuldades para a Mesa. Estamos avisando, desde o início do processo, pois não sairemos daqui. Desejávamos reformar este prédio. Sempre lutamos para ficar aqui, nesta Casa, e faremos mais esta denúncia, tentaremos resistir e, mais uma vez, vamos mostrar que, quem manda é o povo e não o prefeito municipal”, declarou. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que também versou sobre a mudança para o novo prédio da Câmara. “Gostaria de lembrar, que estamos alertando a Mesa, desde o início do processo, os inúmeros gastos desnecessários do Poder Executivo, haja vista





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

que, se não tivessem sido realizados, a prefeitura não estaria onde está, no vermelho, e o atendimento à população poderia ser melhor do que é. Não adianta mostrar falhas para trás, que ficaram no passado, mas sim, criticar o que está à frente, não repetir erros do passado. O futuro, quem vai dizer é a Justiça, pode demorar, mas ela vai chegar lá. Sabemos que a Mesa tem o seu poder, mas o plenário tem seu poder também! Se as pessoas querem discutir um assunto, ele deve ser votado; se os vereadores quiserem discussão, haverá discussão. O contrato foi assinado, sem que fossemos ouvidos, mostramos, na legislação, e passaram por cima de nós, mas o plenário tem o seu poder. Recebemos o comunicado, para nos retirarmos de onde estávamos, na quinta-feira, e eu não entendi por que o plenário não foi reunido e nada foi votado, novamente. O presidente, ao assumir a direção da Mesa, colocou-nos, que não tomaria nenhuma atitude, sem nos ouvir, portanto, não entendo, novamente, a atitude tomada, sem haver reunião. Não posso aceitar isso! A palavra do Presidente foi colocada. Diante da mudança, eu estava em Campinas e vim correndo, ver o que estava acontecendo. Eu tinha o direito de ser ouvida e ele me foi retirado e não posso aceitar. Não se trata de um vereador, mas são nove vereadores, que pedem para serem ouvidos! E respeitados. Vamos acompanhar. Ouvimos o que nos foi dito, mas a situação não chegou ao seu final. Chegou ao final no Ministério Público, mas, na Justiça, tenho certeza não acabou, pois mostrei tudo o que acompanhei e vi, todas as coisas que estavam erradas, e vou aguardar, porque eu confio na Justiça. Lastimo, porque, no final, quem vai perder será a própria população, serviços vão parar e se o Legislativo e o Executivo tivessem tido cautela com seus gastos, a prefeitura não estaria nesta situação caótica”, salientou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, respondeu às críticas. “Penso que a senhora não participou da reunião da Mesa, porque o Dr. Fernando, Procurador Jurídico da Câmara, passou todos os detalhes para a senhora, existem certas decisões, que são os Atos da Mesa, assinadas por quatro vereadores da Mesa. Para baixar os Atos da Mesa Diretora da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Câmara, eu não tenho que consultar a senhora”, colocou. O próximo inscrito foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Eu integro a Mesa Diretiva da Câmara. Desde o início do nosso mandato, viemos para esta Casa e os vereadores ficaram acumulados, dois ou três num mesmo gabinete. Desde o início, foram muitas as discussões para reforma desta Casa, mudança para outro prédio e eu sempre fui favorável mesmo, a cada um ter o seu gabinete, por questões de privacidade. Dizer que eu fui favorável, simplesmente, por ser, sim! Poderia ser aquele, ou outro prédio qualquer. Se o Tribunal de Contas apontar irregularidades, por valores, vamos acatar, mas, no mês passado, houve uma audiência de conciliação entre o proprietário, Câmara e Ministério Público e nos acertamos. A parte superior deste prédio – Edifício do Paço Municipal – está sob risco total e, se houver um princípio de incêndio, como já disse o Vereador Laércio Pires, há o perigo de alguém morrer. A própria Vereadora Dayane representou contra esta Casa, por causa do elevador, que não funcionava e não lhe dava acessibilidade. Eu só quero trabalhar e atender aos munícipes, suas necessidades e quero um gabinete de trabalho. Muitos vereadores despacham por telefone e a grande massa da população não sabe disso, mas eu despacho, pessoalmente. O Ato da Mesa é passível de discussão. Houve descontentamento para alguns e alegria para outros. Houve até discussão entre vereadores, mas a democracia está aí, para isso. Se o TC apontar discrepância de valores, vamos aguardar. Eu só quero um local para trabalho. E a vereadora dizer que não foi avisada, vereadora, perdoe-me, mas há três anos estamos nesta discussão”, declarou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, retornando à Casa, após período como Secretário Municipal de Captação. “Deixei esta Câmara há um ano e a discussão era o prédio. Na ocasião, eu me posicionei contra e mostrei com números. Continuo com esta posição, mesmo depois da explanação do Dr. Fernando. Foi um ato equivocados da Mesa, até pelo valor do aluguel, que é de vinte e três mil reais/mês. Não comungo com esta escolha, porque, se este prédio –



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Edifício do Paço – precisa de consertos, que o arrumem. O elevador, a Vereadora Dayane reclamou e ele foi consertado. Fiação? Ora! Vamos arrumar também. Vamos continuar aqui e pensamos que estamos no direito de reverter esta situação. Não vejo muita luz no fim do túnel, mas a esperança é a última que morre”, discursou. Depois prestou homenagens ao falecido Dr. Gilmar Bezerra, ex-diretor da Prefeitura Municipal, falecido recentemente. “Queria falar da minha experiência no Executivo, mas é assunto longo, então, quero ao menos falar de uma pessoa, que conheci melhor neste ano, o Dr. Gilmar Alves Bezerra. Quero deixar minha homenagem, hoje, mesmo que tardia. Era homem de conhecimento ímpar, caráter gigantesco, de muita vontade de trabalhar, pessoa que fazia as coisas andarem. Mesmo não sendo mais um menino, às vezes, era difícil acompanhá-lo, na sua vontade de fazer as coisas. Iniciamos alguns projetos juntos – áreas da Fepasa, que pleiteávamos junto à União; precatórios grandes, que a prefeitura paga, e existe uma possibilidade de receber isto, em doação, e alguns municípios estão conseguindo, além do projeto de desenvolver o novo distrito industrial. Dr. Gilmar me acompanhou em muitas viagens, éramos amigos, desde antes da prefeitura, pois ele foi advogado da minha empresa. Hoje, frente aos projetos está a Dra. Meire, outra funcionária espetacular, que acredito vai substituir Dr. Gilmar à altura. Hoje, minha homenagem à esta pessoa, que agradeço a Deus ter tido o convívio, em minha vida, ensinou-me muito e agradeço a Deus por isso. Dr. Gilmar, onde estiver, obrigado”, discursou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que dirigiu suas primeiras palavras aos alunos de dança do Centro Cultural, presentes nas galerias. “Presente hoje, na Casa, o monitor de dança, diretor e coreógrafo do grupo The Kings Dance, Denilson Adorno Scarpiti, bem como o professor de teatro, André Rodrigues, e alunos de dança do Centro Cultural de Mogi Mirim”. O vereador explicou, que a prefeitura estava economizando verba e retirara as aulas de danças, aos sábados, e solicitou ao Presidente da Câmara, que o grupo pudesse ser ouvido, no



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

interstício da sessão. Afirmou que ele faria um requerimento sobre o assunto e que buscaria apoio. Depois, falou sobre o problema sério, já abordado em sessões anteriores, relativo ao serviço do “limpa fossa”, no Parque das Laranjeiras. Relatou que o SAAE, desde 2007, depois de submetido o pedido à análise, pela assistente social, contratava uma empresa e oferecia o serviço de limpeza de fossas sanitárias, gratuitamente, à população; que o Parque das Laranjeiras não possuía rede de esgotos e a população se utilizava dessas fossas sanitárias; que, na administração Gustavo Stupp, o benefício tinha sido cortado e a limpeza da fossa, por empresa particular, custava trezentos reais; que ele iria brigar, novamente, pelo direito que já tinha sido conquistado, no passado, que ele iria elaborar um requerimento, após estudo de leis federais, porque, na ausência da rede de esgoto, a fossa era algo de suma importância, e que, iria buscar saber também, se o serviço não era uma obrigação própria do SAAE. Ato contínuo, prosseguiu, versando sobre o Parque das Laranjeiras, explicando que as Ruas 16, 17, 18, 19 e 15 estavam em obras, recebendo melhorias, todavia, que tais obras estavam paradas e ainda não tinham sido retomadas, e que, ele gostaria de falar do bairro, como um todo, não apenas das ruas em obras. Falou sobre a Rua 30, via por onde transitava o ônibus; do perímetro entre as Ruas 31 a 16, onde a prefeitura estava procedendo a regularização, as quais poderiam também receber outras melhorias, bem como pediu atenção para o restante do bairro, totalmente esquecido pela atual administração. Para finalizar, abordou o assunto da contribuição de iluminação pública – CIP. “Na sexta-feira, eu estive na entrega da documentação da licitação da iluminação pública. Eu tenho o nome das nove empresas, presenciei a entrega de documentos. A iluminação pública é algo muito complexo e, para definição da empresa vencedora, vai ainda levar tempo, passará pelo Setor Jurídico, pelo Financeiro, pelo Obras, retornará ao Jurídico, novamente, e a partir daí, será feito o cálculo, para definição da empresa vencedora. A informação que eu tenho é a de que, infelizmente, o valor da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

manutenção é altíssimo, cerca de cinco vezes o valor, se comparado com Mogi Guaçu. Nós vamos pagar uma iluminação de Paris. Hoje, fiz o requerimento, aprovado por unanimidade, solicitando o extrato da conta bancária, contendo o valor arrecadado, com a taxa, e, pelo que sei, existe somente um único eletricitista, na prefeitura, fazendo a manutenção e quero saber o valor dos gastos”, concluiu. Neste ponto, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitou à audiência, para que não se manifestasse, como rezava o Regimento Interno, e agradeceu. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. “Quero falar sobre a crise, em Mogi Mirim, e a crise, em Mogi Mirim, tem nome e sobrenome, chama-se Gustavo Stupp e Gerson Rossi. Estes cidadãos prometeram ônibus ao custo de um real. Onde está? Prometeram asfalto, em todo o Parque das Laranjeiras. Onde está? Prometeram novas indústrias. Onde estão? Pelo contrário, os dois deixaram faltar remédio no posto de saúde. O ex-secretário de saúde, Gerson Rossi, desvalorizou os funcionários da autarquia municipal, diante da situação de vender o SAAE, eles não sabem o que vai acontecer com eles. Jogaram dinheiro fora, com as inúteis placas de propaganda, e acabaram com o desfile – evento nacional – porque ele não teve educação moral e cívica na escola. O prefeito está sem moral alguma, civismo não tem e sequer educação. Foi o prefeito quem criou a CIP e deixou a cidade numa escuridão ímpar. Alugou vários imóveis, além do Palácio de Cristal, ao valor de vinte e três mil reais/mês, e insiste em alugar um imóvel, sito na Rua Paissandu, por vinte mil reais/mês. Desvalorizou o trabalho do pessoal da Cultura, o pessoal da dança. Em plena epidemia da Dengue, o Gérson disse que estava tudo sobre controle. Mentira! A cidade um caos, sem vagas, nos hospitais. Com muito custo, muitos pedidos desta Casa, ele abriu as UBSs vinte e quatro horas, mas, o que ele fez? Ideia brilhante de Gérson de tentar contratar um drone, ao preço de mil reais, por dia, conforme declaração dele, nos jornais. E, agora, ele vem contando Estórias da Carochinha e dizendo que não tem mais parceria



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

com o prefeito. Deixou de ser secretário, é vice-prefeito e vai ganhar mais do que secretário de governo. Se dizem que Stupp detonou a cidade, Gérson tem grande parcela nisso, pois ele estava lá, ele é uma sombra, uma água morna, nem quente e nem frio, como a Bíblia diz, não existe o morno, então, Gérson é morno e ele ajudou o prefeito a detonar a cidade. Salários, com o organograma, salários altíssimos, e diz, na imprensa, que está economizando dinheiro. O prefeito Stupp tirou as FGs dos funcionários do SAAE, mas os comissionados estão lá, tranquilos. O ex-presidente Celso Cresta não prestou para nada e o atual presidente, Luciano, já vazou. Eu quero ver, quem vai ser o pai da criança na venda do SAAE, ou privatização. Esta dupla é dinâmica sim, Stupp e Gérson, mas para fazer coisas, que nada têm a ver, e eles acabaram como amor que o cidadão mogimiriano tinha pela sua cidade”, explanou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Hoje, não podemos fugir à responsabilidade de, enquanto vereadores eleitos, repudiarmos a mudança da Câmara, para o novo prédio, denominado por muitos, como Palácio de Cristal, no meu caso, eu penso talvez, o Palácio da Vergonha. Reconheço a legalidade desta Mesa, do presidente, e Dr. Fernando, o Procurador Jurídico, explicou-nos a legalidade das ações, mas, se por um lado, temos a legalidade das ações, por outro lado, temos a imoralidade, todas essas atitudes são imorais e caminham contra o mogimiriano. O Brasil vive grave crise e Mogi Mirim segue o mesmo caminho. Falta credibilidade ao governo municipal, que tem medo de sair na rua. Há uma total falta de responsabilidade, no trato com o dinheiro público. Uma vergonha é o aluguel de vinte e três mil reais/mês, que durante dez anos de contrato, leva a casa de dez milhões de reais. A situação deste prédio onde estamos – Edifício do Paço Municipal – merece cuidados, mas vamos procurar sanar os problemas, então! Como bem disse o Vereador Leonardo, vamos reformar e, em poucos meses, teremos um brinco de prédio, pois, um engenheiro competente colocará este edifício dentro dos conformes. A economia municipal está em situação



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

difícil, precisamos melhorar os gastos públicos e, ao invés disso, vamos na mão contrária! A prefeitura deve nove milhões ao SAAE, cinco milhões desde à época de Carlos Nelson Bueno, e quase quatro milhões, na administração Gustavo Stupp, e não paga a mensalidade de duzentos e cinquenta mil reais/mês ao SAAE. E pasmem! A reforma da Rua XV de Novembro, quem a está pagando, em sua totalidade, é a prefeitura. Ora! Por que não dividir os gastos com os comerciantes da rua? Com os comerciantes, que têm dois, ou três imóveis? A prefeitura paga tudo! Como vamos admitir uma situação dessas? Como vamos comungar com uma situação dessas? Irresponsabilidade administrativa, falta de vergonha dos nossos governantes e a maioria, que aprovou, é corresponsável nesta situação. Hoje, temos nove vereadores. Vereador Leonardo, seja bem-vindo ao lado dos vereadores que lutam pelo povo! E vamos lutar até o fim e defender o dinheiro dos impostos, os quais também pago. Devemos exigir compromisso com o povo, comprometimento com o nosso dinheiro. O grupo dos nove vereadores vai lutar!”, afirmou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, respondeu ao Vereador Luiz Guarnieri, destacando que a crise não se dava apenas em Mogi Mirim, mas a crise vinha de cima, da esfera federal, em Brasília, onde havia uma roubalheira, justamente, num país presidido pela petista, mesmo partido que o do vereador Luiz, e, infelizmente, vice presidido por alguém do seu partido, o PMDB. “A crise do país é devida ao PT”, emendou e passou a palavra à próxima oradora, Vereador Dayane Amaro Costa. “Quero agradecer a presença dos alunos do Centro Cultural aqui, hoje. Professor André Rodrigues e Denilson Scartipi, que estão se manifestando por algo digno e devemos defender as aulas desses alunos, portanto, o Vereador Luís Roberto e eu pedimos seja concedido um momento para ouvirmos as colocações que trazem, durante o intervalo da sessão, porque eles têm algo importante para nos dizer. Sobre o novo prédio, que eu chamo de Palácio de Vidro, todos sabem que sempre fui contrária a esta posição, desde que eu fazia parte da Mesa



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

anterior. Eu sempre fui favorável à reforma dos prédios públicos, principalmente, para que fossem acessíveis às pessoas e, assim sendo, entrei com uma representação contra todos os prédios públicos inacessíveis, inclusive, esta Casa. Precisamos de piso direcional, tantas coisas. Pelo intérprete de libras, briguei muito aqui e conseguimos a rampa no setor do protocolo, da prefeitura municipal. Sempre disse também, que temos que fazer uma reforma aqui, de qualquer forma, porque não há acessibilidade adequada. Ao invés disso, vamos gastar dinheiro com a manutenção de dois prédios, com gastos de água, luz, produtos de limpeza. O Vereador Luiz Guarnieri mencionou a questão da moralidade, nem tudo que é legal, é moral. Nós atenderemos o público, no plenário. Para ser vereador, não precisamos atender numa sala, com ar-condicionado, mas melhor, na rua, entendendo os anseios da população. Esta é hora de conter gatos, mas foi feito o contrário. Deixo o meu repúdio, como vereadora e representante do povo. Atenderei o público, no plenário. A primeira proposta foi a reforma deste prédio e, por isso, nos mudamos para o outro lado da rua, e foi só depois de tudo isso, que surgiu o aluguel, e, como a outra casa não era acessível, pedi para vir para cá e aqui estou”, aclarou. O próximo orador foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Eu também não poderia deixar de me manifestar, colocar minha posição sobre o aluguel de um novo prédio, locado para instalar os vereadores. Desde o início, quando surgiu a hipótese de mudança, fui contra. Eu nunca fui a favor. Lutamos muito, conversei com o Vereador Benedito, que era o presidente anterior, avisei, mas o processo continuou. Procurei o atual presidente, Vereador João, explanei, pedi, falei do meu descontentamento. Eu acho o espaço do outro prédio confortável, há privacidade e comodidade, isto é importante, mas, no momento, na situação do município, do Estado e a da Federação está difícil, não é hora para gastos, mas momento de contenção de despesas. Eu até aplaudo o corte de gastos, mas estão cortando a própria carne, por quê? Porque gastos excessivos levaram a isso. O prefeito está no desconforto, pelo





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que aconteceu. Se o Vereador Luiz me inclui entre os nove vereadores, agradeço. Sou, realmente, contra, em virtude do momento econômico, a situação financeira não é favorável. Sobre o SAAE e sua privatização, ou concessão, também acho assunto difícil e acho mais difícil ainda, uma empresa que surja e que assuma investir trinta milhões de reais, de imediato, na autarquia. Acho difícil uma empresa, hoje, assumir a concessão do SAAE. Estou aguardando e não estou vendo ocorrer. Vai acabar o mandato do prefeito e pode não ocorrer, não porque ele não queira, mas porque a situação atual não permite a uma empresa investir vinte, ou trinta mil reais, no SAAE. A minha preocupação é o SAAE entrar em falência e precisar dispensar funcionários. A situação do SAAE não é favorável. Nenhuma empresa está fazendo parceria com a prefeitura, nenhuma. São as minhas colocações, da forma como estou observando o cenário, peço desculpas à Mesa, por discordar, mas vivemos num país democrático. Dizem que o Vereador Marquinhos, eu, sou situação. Não me sinto situação, tomo cuidado com o que falo, sou cuidadoso, com as palavras e minhas atitudes, em determinado momentos”, salientou. O próximo orador a discursar foi o Vereador Osvaldo Quaglio. “Nem vou mais tecer comentários sobre o aluguel do famigerado Palácio de Vidro, porque todos sabem da minha posição contrária, sempre. Respeito a opinião da Mesa e sei que ela tem autoridade para fazer o que fez. Quero esclarecer, com relação a minha pré-candidatura a prefeito. Muitos ponderam se é verdade, ou não, dizem que estou fazendo ‘balão de ensaio’ para Carlos Nelson Bueno. Digo que isto não existiu e não vai existir nunca. Eu não pedi ao Carlos Nelson, que declarasse apoio à minha candidatura. Eu quero deixar claro que não sou moleque. Jamais passou pela minha cabeça, trilhar caminho para quem quer que fosse e depois desistir, em favor desse, ou daquele. Posso não ser o indicado e posso apoiar quem for indicado. Todos os que querem somar, são bem-vindos, independentemente, de quem for o candidato escolhido. O PSDB tem candidatos, tais como, Maria Helena,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

um excelente nome, ou Paulo Franco, ou Flavia Rossi. Então, independentemente, de quem venha a ser, todos são bem-vindos a somar. Se o partido indicar outro nome, eu vou respeitar e apoiar, mas, evidentemente, estou pleiteando a minha candidatura. Repito, que se o partido entender por outro nome, acatarei, mas, desde logo, coloco e já informei ao partido, que eu não mais serei candidato a vereador. Já cumpri minha missão aqui, na Câmara. O burburinho de que eu esteja me passando por candidato, como ‘balão de ensaio’, para Carlos Nelson, não procede. Aguardem e poderão ver. A Vereadora Maria Helena sabe disso e o PSDB virá forte, para a próxima eleição, seja quem for o candidato do partido. E apoiarei a decisão do partido, seja ela qual for, mas deixo claro que sou pré-candidato a prefeito e vou disputar, no partido, a minha indicação e, se eu não for escolhido, vou apoiar quem for o indicado pelo partido. Os que forem simpáticos à minha candidatura, não tenham dúvidas, pois sou pré-candidato e não vou abrir mão, pura e simplesmente, vou até o fim, com o partido. E, quem sabe, formar uma coligação forte, com pessoas interessadas no município, trabalharmos juntos, melhorar Mogi Mirim”, ponderou. Como o próximo orador inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Laércio Rocha Pires que, desde logo, pediu desculpas ao Vereador Osvaldo Quaglio, em virtude de discussão acalorada entre os dois, durante a reunião, na Sala da Presidência. “Quero pedir desculpas ao Vereador Osvaldo, em virtude de nossa discussão. Na época, os Vereadores Osvaldo e Roberto, ex-presidentes, passaram mal bocados aqui, por falta de espaço. Então, não adianta chegar aqui e falar mentiras. Esta Casa está fechada há uns três anos. Uma sala de três metros, por três metros, três vereadores e mais três assessores. Isto não tem cabimento. E saímos daqui, para ir para lugar pior, que foi a casa em frente, do outro lado da rua. E tenho que dizer também, da falta de consideração do prefeito, que cedeu o espaço e o tomou de volta. Chamei a EPTV Campinas aqui, neste prédio, e mostrei a situação desta Casa, que sequer tem



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

saída incêndio. Temos que trabalhar, em prol da comunidade, mas não podemos correr riscos, com a Casa cheia, por exemplo, um incêndio, nestas precárias instalações. Também quero dizer do meu repúdio contra o prefeito, diante de sua atitude, para com o pessoal do loteamento irregular Domênico Bianchi, porque ele fez a tubulação e esgotos, mas, agora, está tudo parado lá. O pessoal do Domênico Bianchi não pode ficar esquecido. São três ruas. O prefeito prometeu, na campanha, e não cumpriu e eu vou procurar o prefeito, se necessário for, irei à Promotoria Pública. Dizem que somos base de governo, mas se somos base, não quer dizer que somos contra o povo. O prefeito foi lá, no Domênico Bianchi, pedir votos, virou as costas depois e não concordo com esta atitude. Com a separação do vice-prefeito, presidente do nosso partido, o PPS, acredito que ele vá nos dar uma força, como fez na saúde. Aconteceu o atropelo por causa da Dengue e foi em todas as cidades, mas Gérson conseguiu melhorar o atendimento da Santa Casa, na crise, em sessenta por cento. Precisa-se mais e vamos cobrar. Com relação ao SAMU e a falta de pagamento de salários dos funcionários, quero informar que, na terça-feira, eu me reuni com o pessoal do SAMU. Tivemos uma reunião produtiva, juntamente com o então Secretário de Saúde, Gérson Rossi, e com o Dr. Paulo Menna. O pessoal do SAMU saiu de lá, contente. Então, se o vereador quer posar de bacana, precisa, primeiro, correr atrás e resolver o problema. Quero ver se reunir com o secretário e cobrar dele, porque falta bota, comida, uniforme, diária de viagens para os funcionários do SAMU. O trabalho do vereador é este: reunir pessoas e resolver, ao invés de bater na tribuna e posar de bacana. E nós, PPS, vamos enfrentar o prefeito. Temos dois vereadores e o vice-prefeito e vamos cobrar!”, declarou. Não havendo mais oradores inscritos, o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, Presidente da Câmara de Mogi Mirim, no uso das atribuições, deu ciência à Casa, através de leitura, do **EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 07, de 2015, de Sessão Extraordinária**, para logo após o encerramento sessão ordinária, em curso, destinada, na



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“Ordem do Dia”, à discussão e votação da seguinte matéria:  
**EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 101, de 2015, de autoria da Mesa da Câmara, “dispondo sobre a atualização do valor do vale alimentação aos servidores públicos ativos da Câmara Municipal de Mogi Mirim e dando outras providências”, ficando, pois, todos os Vereadores convocados, nos termos regimentais. Posto isto, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h50, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Decreto Legislativo nº 02, de 2015, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. da C. Palomino, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Professor FRANCISCO LUIZ DE VAZZI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2015, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino); (ao Presidente da Câmara para promulgar, conforme Artigo 18, I, “i”; IV, “g”); **“ex-vi” do disposto no § 2º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. REQUERIMENTO nº 365/2015, subscrito pela Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “convocando o Senhor Luís Gustavo Antunes Stupp, Prefeito Municipal, para que compareça à Câmara, em dia e hora determinados, para prestar esclarecimentos sobre as Leis Municipais nºs. 5.428 e 5.587, que atribuem novas competências ao SAAE e autoriza o Poder Executivo a delegar, na forma da Lei Federal nº 8.987/95, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário; nºs 5.428 e 5.587, dispondo sobre o Programa de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Parcerias Público-Privadas, cria o Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas do Município de Mogi Mirim CGPPP/MM e autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Garantia de Parceria Público-Privada Municipal (FGPPPM)”. Para discussão a pedido do Vereador Waldemar Marcurio Filho, fez ele o uso da palavra. “Pedi a discussão, porque, desde o início do mandato, o projeto que subiu, tratava de parcerias público-privadas e vários vereadores votaram favoráveis. Sabemos a situação real do SAAE, que não é de autossuficiência, como alguns dizem, pois, mal consegue fazer o pagamento de suas obrigações. Alguns vereadores induzem a população ao pânico, falando venda do SAAE! Pedi que me mostrassem onde está escrito venda, ou privatização, e ninguém apontou, então, estou de saco cheio dessa situação. O povo não pode se induzido a erro e alguns colocam os funcionários do SAAE em pânico. Hoje, não há qualquer perspectiva de uma empresa assumir as condições atuais do SAAE, e quem paga? A população. Temos rede de canos a ser trocada, estrutura a ser empenhada. O que não aguento mais são pessoas, nesta tribuna, pedindo audiências públicas! Fizemos várias, discutimos e não conseguiram apontar a privatização. O SAAE permanece na mesma situação. Houve crise de água e várias cidades, ao nosso redor, sofreram. Se alguma empresa entrar na licitação e quiserem marcar audiência com a empresa, estou junto, mas induzir pessoas a erro e outras, que vão no vácuo, é porque não viram o projeto de lei apresentado na Câmara. E desafio me mostrar, onde, no projeto, está apontada a palavra privatização. Trata-se de parceria público-privada, a empresa presta o serviço, mas o patrimônio é do município. Respeito a vereadora, mas não aguento mais, perdoem-me, vou votar contra. Novas discussões sobre o mesmo assunto e depois alguns vereadores vão ao Facebook e Internet, dizer que o SAAE vai ser vendido, então, sou contra”, aclarou. Para defender a propositura, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Este requerimento, mais uma vez, depende da posição de cada vereador. Estamos apenas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

requerendo a presença do prefeito, nesta Casa, e ele nos deve esta gentileza. Ele tem compromisso com a população. Nós já temos autorizadas leis, tais como, a mudança de competência do SAAE, autorização para a exploração do serviço de água, portanto, estamos fazendo nosso papel, o que nos cabe, e desejamos saber do Poder Executivo, se já existe edital pronto, se ele não vai fazer a exploração do serviço de águas. Apenas isso. Precisamos de dois votos e tenho certeza, de que desta vez, esta Casa fará uma votação correta. Não devemos nos apequenar. Vários prefeitos subiram nesta Casa, vieram discutir projetos e nós desejamos discutir não projetos, mas duas leis autorizativas do SAAE. Cabe ao prefeito nos dizer o que vai fazer. Certamente, ele estará preparado para o debate. Levar à população, saber quais os caminhos serão adotados com o serviço de água. Peço o voto favorável dos senhores”, defendeu. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Não vou discutir o que foi colocado, porque tudo o que podia ser discutido, foi discutido, nas audiências, pena, que a maior parte das pessoas não esteve presente, porque pessoas competentes e ilustres mostraram, no papel, o que está por aí. É triste ver que o Chefe do Poder Executivo tem medo de subir a esta Casa, para conversar conosco, realmente, uma pena. Todos os outros prefeitos subiram as escadas, quando de matérias polêmicas. É uma pena. Se quiserem derrubar o requerimento, derrubem, mas é uma pena”, explanou. O próximo vereador a discutir foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Eu entendi o posicionamento do Vereador Waldemar, com relação ao projeto, mas estamos discutindo a vinda do prefeito à Câmara e eu acho importante que ele venha, é a Casa do Povo, povo que o elegeu, ele deve esclarecimentos, quando necessário. Tratam-se de leis aprovadas, em sua gestão. Ele é funcionário do povo. Que venha aqui. Os poderes devem trabalhar em sintonia, é muito importante”, declarou. E, para concluir, requereu, “ex-vi” do disposto no Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do RI, votação pelo processo Nominal, o que foi aprovado, unanimemente, pela Casa. Na sequência,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Eu já me posicionei, dizendo que, talvez, a concessão do SAAE possa não acontecer. Mas se acontecer, deverá passar por esta Casa, para nosso aval. Declaro, que sou favorável à vinda do Prefeito a esta Casa, tenho como muito importante a ligação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Vejo como uma maneira errada de conduzir as coisas, tantas pichações, tantas discussões, se o diálogo é a melhor solução. Talvez seja difícil ao prefeito vir, sabendo que o que disser poderá ser usado de forma politqueira, perguntas capciosas. Mas ele deve responder, independentemente, de qual seja a pergunta, então, meu voto será favorável. Ele está preparado e dará explicações a todos os vereadores, sobre todas as perguntas, que forem dirigidas a ele”, sublinhou. O próximo orador a discutir a proposição foi o Vereador Laércio Rocha Pires. “Eu nunca disse que votaria contra. Quem disse? O requerimento passará, será aprovado. Mas precisamos colocar, que não existe venda do SAAE, tramitando nesta Casa. O prefeito virá explicar, nesta Casa. Um irresponsável veio à tribuna, falar que se tratava de venda”, discursou. Também comentou a proposição o Vereador Cinoê Duzo. “A Vereadora Maria Helena Scudeler pode contar com meu apoio, mas estou torcendo para que ele não venha. Só discordo da Vereadora Maria Helena, que disse que ele dará um norte. Perdoe-me, vereadora, ele nem sabe o que é bússola, ele é o elo perdido. Sinceramente, não quero ter o desprazer de vê-lo, aqui”, afirmou. Finda a discussão da matéria, o Sr. Presidente deu início à votação, pelo processo **Nominal** e, para isso, solicitou ao Sr. 1º Secretário, que procedesse a chamada dos Srs. Vereadores, “ex-vi” do disposto no Artigo 183, § 2º, do Regimento Interno, os quais, um a um, dirigiram-se à tribuna e verbalizaram favoravelmente (SIM) ao projeto, ou contrariamente (NÃO) ao projeto. Após o último Vereador, o Sr. 1º Secretário proclamou o seguinte resultado: os Vereadores Ary Augusto Reis de Macedo, Benedito José do Couto, Cinoê Duzo, Daniel Gasparini dos Santos, Dayane Amaro Costa, João Antônio Pires Gonçalves, Jorge Setoguchi,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Laércio Rocha Pires, Leonardo David Zaniboni, Luís Roberto Tavares, Luiz Antônio Guarnieri, Luzia Cristina Côrtes Nogueira, Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, Marcos Bento Alves de Godoy, Maria Helena Scudeler de Barros, Osvaldo Aparecido Quaglio votaram (SIM); o Vereador Waldemar Marcurio Filho votou (NÃO); (submetido a votação nominal, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (01) voto contrário, Turno Único, o Requerimento nº 365/2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); (oficie-se como requer); **“ex-vi” do disposto § 1º, III, “d” do Artigo 171 do Regimento Interno:** 3. Projeto de Lei nº 100, de 2015, de autoria do Vereador Jorge Setoguchi e outra, “dando denominação à MMR-084, localizada no Bairro Macuco, no Município de Mogi Mirim, de ESTRADA PROFESSORA NEUZA COELHO DA SILVA. Juntamente com emenda do autor”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, Projeto de Lei nº 100, de 2015, de autoria do Vereador Jorge Setoguchi e outro e emenda); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno;** 4. Projeto de Lei nº 101, de 2015, de autoria da Mesa da Câmara, “dispondo sobre a atualização do valor do vale alimentação aos servidores públicos ativos da Câmara Municipal de Mogi Mirim e dando outras providências”. Juntamente com emenda subscrita pela Mesa Diretiva. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 101/2015, da Mesa da Câmara e emenda); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 5. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 90, de 2015, de autoria do Vereador Benedito José do Couto, “dispondo sobre a utilização e entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos”. (havendo rejeição do parecer desfavorável pelo Plenário, o Projeto de Lei nº 90/2015 será encaminhado à





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Comissão de Finanças e Orçamento para prosseguimento e emissão do respectivo parecer nos termos do Artigo 55, § 4º do Regimento Interno). Para discutir a matéria, fez uso da palavra o autor do projeto, Vereador Benedito José do Couto. “Peço a colaboração dos vereadores, para derrubada do parecer. O fundamento do projeto foi uma iniciativa de um vereador, do Rio de Janeiro, e lá, deu certo. Em Mogi Mirim, o prefeito colocou bens imóveis para leilão, já por duas vezes, e não apareceu ninguém. O meu projeto tem amparo na Constituição Federal, dá direito de quem possui precatórios, a adquirir imóveis, que vão a leilão. O município paga seiscentos mil reais, em precatórios, todos os meses. O Parque das Laranjeiras está sendo feito com recursos próprios. Se, de repente, dos seiscentos, conseguíssemos deixar de pagar cem mil reais, por exemplo, em três meses, trezentos mil reais economizados, poderíamos colocar asfalto, em três ruas, no Parque das Laranjeiras, investindo com o dinheiro. O dinheiro pode ser usado para a regularização dos loteamentos irregulares, tais como o Domênico Bianchi e outros. Pode ser usado na saúde também, ou em outros setores. O parecer desfavorável aponta o vício de iniciativa, porque, como o prefeito não faz, apresentei eu mesmo. O voto é político, peço o voto favorável, porque o projeto é para beneficiar a cidade, como um todo”, explanou. Fez uso da palavra o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, Presidente da Comissão de Justiça e Redação. “Eu, enquanto Presidente da CJR, junto aos outros membros, emiti parecer desfavorável, porque o projeto contém vício de iniciativa, ou seja, tecnicamente, não é de competência do vereador apresentar matéria de tal magnitude, mas o Vereador Ary dará seu voto político ao projeto, favorável à ideia, que é louvável”, explicou. Também comentou a matéria o Vereador Cinoê Duzo. “Voto, acatando o parecer desfavorável, mas, sobre o Parque das Laranjeiras, todo o dinheiro que é colocado no Parque das Laranjeiras, escoia com a água. Não acredito que o dinheiro vá ser canalizado para o Parque das Laranjeiras, por exemplo, porque, uma vez disponibilizado para o governo municipal,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

saberemos lá, o que vai acontecer. O prefeito já deu provas, que não dá satisfação para ninguém. Instrumento de lei aprovado, para ele, é roleta russa”, salientou. A Vereadora Luzia C. C. Nogueira foi a próxima a comentar o parecer desfavorável. “Acredito que tudo o que vem, em benefício de resolver problemas da população é louvável, mas existe a lei e temos que respeitá-la. Sobre os precatórios, existe uma lei específica, não só a questão do vício de iniciativa. Dentro da lei dos precatórios, não se pode abrir mão da sequência de pagamento dos precatórios. Se o primeiro da fila não quiser negociar, ele não é obrigado e vai emperrar a fila. Existe a lei dos precatórios e sequer foi mencionada pela CJR, no parecer”, narrou. O Vereador Luís Roberto Tavares foi o próximo a discutir. “Tenho opinião formada sobre o projeto e nem iria me manifestar. Mas, quando o vereador citou que dinheiro entraria, na verdade, dinheiro não vai entrar, o prefeito vai deixar de pagar os precatórios, e, quanto à legalidade, a matéria é inconstitucional”, frisou. O próximo orador foi o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Vou votar pela derrubada do parecer desfavorável. Se o Poder Executivo não apresentou a lei, faz bem o vereador apresentá-la. Se o parecer for derrubado, teremos mais uma semana, para discutir esta lei, porque ela é bem pensada, valerá a pena”, disse; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara rejeitou, Primeiro (1º) Turno, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis, o Parecer Desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 90/2015, do Vereador Benedito José do Couto); (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento); (o Presidente exerceu direito de voto, conforme Artigo 20, III, do Regimento Interno); 6. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 99, de 2015, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre a retirada de veículos abandonados nas vias públicas do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”. (havendo rejeição do parecer desfavorável pelo Plenário, o Projeto de Lei nº 99/2015 será encaminhado à Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

para prosseguimento e emissão do respectivo parecer nos termos do art. 55, § 4º do Regimento Interno). Neste ponto, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros pediu a suspensão dos trabalhos, o que foi acatado pela Presidência da Câmara, às 21h51, sendo a sessão reaberta às 21h54, prosseguindo com a discussão da matéria. Fez uso da palavra o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, Presidente da Comissão de Justiça e Redação. “A CJR emitiu parecer desfavorável, em virtude de vício de iniciativa, pois, assim como no projeto anterior, a apresentação da matéria não é de competência do vereador, mas eu darei meu voto contra o parecer”, definiu. Também comentou a matéria o Vereador Cinoê Duzo. “Vereador Marcos, quero parabenizá-lo pelo projeto e, quando tiver parecer desfavorável na respectiva comissão, haja da mesma forma, pelo bem da cidade, presidente da comissão”, frisou. O próximo a comentar foi o Vereador Laércio Rocha Pires. “O projeto é bom para a cidade, vem para beneficiar a população. Parabéns pela apresentação, Vereador Marcos. Muitos reclamam dos carros podres na beira da estrada, porque atrapalham o trânsito, mas é necessária a fiscalização. Acredito, que com fiscalização, a coisa muda e se abram caminhos”, afirmou. O autor, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, comentou a proposta de sua autoria. “Eu agradeço o apoio. O projeto vem sendo estudado há quatro anos. Pedia providências e o departamento responsável dizia que não existia lei relativa. Estudamos e apresentamos este projeto”, declarou. O Vereador Benedito José do Couto foi o próximo a discursar. “Parabéns pelo projeto, Vereador Marcos, ele é excelente, conte comigo, pois é muito importante. Há o vício de iniciativa, mas, se o prefeito não tem ideias, nós temos ideias, e peca, quem vota contra um projeto, que vem para ajudar a população”, disse. O próximo a discorrer sobre a proposta foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “É um projeto importante, haja vista que existem muitos casos, deste tipo, na cidade, e causam estorvo, empecilhos no trânsito, riscos de acidentes. Há o vício de iniciativa e entendo, que o parecer desfavorável foi correto,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mas acredito que o projeto não onere os cofres públicos. Voto contra o parecer, porque entendo o projeto importante. Não, que o anterior não fosse, mas como envolvia dinheiro, não pudemos acreditar no prefeito”, sublinhou; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara rejeitou, Primeiro (1º) Turno, unanimemente, o Parecer Desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 99/2015, do Vereador Marcos Bento A. Godoy); (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Eu desejo comunicar que, amanhã, dia 22, às 19 horas, o Dr. Hέλvio Guatelli estará aqui, bem como a ecóloga Noemi Valpassos Viana, e será mais uma oportunidade, para discutirmos o plano diretor. Eu gostara de colocar algo, da mesma forma que fiz, na audiência pública. Há uma semana, o presidente me proibiu de colocar uma Questão de Ordem, quando ele se referiu à família do arquiteto Hέλvio Guatelli, ou seja, a posição do Hέλvio, que nunca nos omitiu sua situação. Sua esposa tem áreas, defronte ao Posto RVM, e ele nunca nos escondeu, que foi ao prefeito, apresentar um plano de desenvolvimento para aquela região. Ele tem uma parcela da área e nunca escondeu de nós, sua intenção de desenvolver aquela região. Que fique claro, vereadores, que nós o procuramos, nós procuramos ao Dr. Hέλvio. Venham, amanhã, para o encaminhamento de emendas, ou proposta de substitutivo. E gostaria de agradecer o empenho dos senhores, com o requerimento, que eu assino, ao lado dos vereadores Osvaldo Quaglio, Luiz Guarnieri e Cinoê Duzo. Requerimento que fizemos, após quatro meses de discussões, idas e vindas à Intervias. Agora, a Câmara Municipal, os dezessete vereadores, vai encaminhar à Intervias o pedido de intervenções, na rodovia, trecho Mogi Mirim/Engenheiro Coelho. Agradeço aos senhores vereadores, estamos prontos agora, finalizamos todas as



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

reivindicações necessárias para aquele trecho e os senhores farão parte do processo de entrega das reivindicações dos agricultores, daquele trecho, para um acesso digno à rodovia. Obrigada e reforço o convite para presença dos senhores, amanhã, na reunião de extrema importância”, discursou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, fez uso da palavra, para responder à vereadora do PSDB. “Em momento algum, citei nome de quem quer que fosse, no microfone. Apenas pedi que a vereadora tomasse cuidado, com algumas pessoas, que tinham interesses no plano diretor. Eu conheço o arquiteto Hέλvio há muito tempo e conheço sua boa índole”, salientou. A Vereadora Luzia C. C. Nogueira também fez uso da palavra, em “Explicação Pessoal”. “Em relação ao Plano diretor, não pude estar presente na reunião, na quinta-feira passada, mas todas as discussões foram feitas, junto a representantes da cidade, que conhecem a cidade, por inteiro. Foi pedido, todos aprovaram, e, na hora de nos encontrarmos, poucos vereadores estiveram presentes. No dia 28 próximo, vamos votar o plano diretor. Discutimos, a administração pagou cento e vinte e oito mil reais, para uma empresa elaborar o plano e, se compararmos o da equipe contatada, ao feito na administração de Carlos Nelson Bueno, veremos, que a maior parte foi copiada, não foi revista, só se mudou o que interessava. E não vi a determinação de tempo, para as reivindicações, votadas pelos delegados, estabelecendo quando serão efetivadas. O plano diretor é algo que a maioria dos vereadores não segue, mas é uma arma para a população. Será a lei e a população poderá cobrá-la, na Justiça, quando algo, que não seja de seu interesse, ocorrer. Os vereadores podem pegar o plano e cobrar ações do Executivo também. É grande a responsabilidade para voto e, amanhã, pretendo estar presente, na reunião, mas eu já li o projeto, diversas vezes. Eu imploro aos vereadores, que estejam presentes, pois é a última oportunidade para votar, com entendimento”, explicou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Parabenizo a Vereadora Maria Helena, em razão da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

aprovação do requerimento. Minha postura é uma só, mantive meu voto contrário, e se ela quisesse o prefeito aqui, que o tivesse convocado para vários outros assuntos, não apenas para falar sobre o SAAE. Sobre a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, eu ouvi comentário, há pouco, de que Mogi Mirim está pagando caro pela taxa, e eu quero lembrar a herança, de onde ela veio, ela veio do PT, partido do qual eu era integrante. Foi uma lei federal e o município teve que se adequar à ela, mas, quando o projeto subiu para nossa apreciação, os valores aplicados, não eram os que estão sendo cobrados. Vejo requerimentos, perguntas de munícipes, várias perguntas, desejando saber para onde está indo recurso da CIP, que é valor alto. A privatização do SAAE eu já discuti, quando da discussão do requerimento da vereadora. Sobre o pronunciamento relativo à Rua XV de Novembro, de que alguns acreditavam que a ACIMM estivesse ajudando o município, em momento algum, escutei que a ACIMM estava disposta a tal benefício. É a mesma coisa, não é? O município, com toda a sua dificuldade, as máquinas estavam no Laranjeiras e vieram para a Rua XV de Novembro, então, o emprego do dinheiro não está sendo todo jogado fora e bem sabemos, que o país passa por recessão e que, Mogi Mirim não fica atrás. Mas, eu quero fazer uma pergunta sarcástica. Ouvimos, há pouco, o monitor André Luiz Rodrigues, que veio pedir o apoio desta Casa de Leis, relativa à iluminação do movimento, nos finais de semana. Vi o nome de alguns vereadores e eu queria perguntar a estes vereadores, o que vão fazer? Requerimento? Indicação? Ofício? De que forma vão ajudar? Se a coisa parou, obviamente, é por falta de recursos. Não tenho bola de cristal, mas tenho plena convicção, de que não vão fazer nada”, discorreu. Como o próximo orador inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares, que abordou assunto de suas indicações, tais como, sugestões para operação tapa buracos, na esquina das Ruas Ricieri Ceregatti, com Antônio Donatti, no Jardim Planalto; operação tapa buracos, na esquina das Ruas Francisco Dias Reis, com



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Antônio Teruel, no Bairro do Mirante; manutenção nas ruas, no Planalto Bela Vista; manutenção na boca de lobo e no passeio público, localizados na Rua Ricieri Ceregatti, no Jardim Planalto. Depois, falou sobre a problemática que envolvia os alunos do Centro Cultural. “Sobre os alunos do Centro Cultural, respondendo ao vereador, pretendemos fazer um requerimento, vamos requerer a quem seja o responsável, que reveja a decisão, porque é irrisório o valor da economia. Já que o rapaz deixou claro, que usa luz natural, apenas água, para tomar, e banheiro, pelos meus cálculos, numa soma rápida, a economia não é nem de quinhentos reais, por mês. Quinhentos reais/mês, para que cem jovens tenham atividade e fiquem fora das ruas, nos finais de semana, está ótimo! Qual a opção? A rua? Deixar o jovem na rua? E os professores dão aulas de graça! Tínhamos que agradecer. Quero dizer sobre o aluguel do novo prédio da Câmara. Eu aconselhei o presidente a não alugar o novo imóvel, quando eu fui presidente, desejava reformar este prédio atual. Contrariamente, o presidente não acatou meu conselho e assumiu suas responsabilidades, com os demais vereadores da Mesa, portanto, a locação nunca partiu de mim. Será que vale a pena mesmo, ser vice-presidente da Câmara? Na atual situação, não sei se vale a pena, penso em rever a situação e anunciar algo, ainda nesta semana”, declarou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. “Eu soube, pela imprensa, que o rascunho de prefeito Gustavo Stupp disse que vai reduzir em vinte por cento o próprio salário, então, adiantando-me, fiz indicação, sugerindo a ele que reduza cinquenta por cento de seu salário de prefeito. Ele ganha dezessete mil reais/mês, reduzir apenas vinte por cento, ganhará treze mil reais, o que é muito, para a pessoa que não faz nada. Peço cinquenta por cento de redução e que a diferença seja recolhida aos cofres da prefeitura. É absurdo o rascunho de prefeito ganhar mais de dezessete mil reais, para não fazer nada. E se deve reduzir o salário do vice-prefeito também, que faz menos ainda. Sobre a taxa de iluminação, o jornalista André Paes Leme colocou, na rede social, que Mogi



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Guaçu, com vinte mil pontos, tirou oitocentos mil reais anuais, para recuperar iluminação. Mogi Mirim, com treze mil pontos, vai gastar cinco milhões! Ora! Alguma coisa está errada. E ainda tem gente que acredita e defende este moleque. Dia a dia ele prova que não tem capacidade e nem competência para governar. Cortar verba na Cultura? Cortar verba no Esporte? Na Segurança? No SAAE ele cortou o FG dos concursados e eu pergunto: por que não demitiu os comissionados? Quero fazer um registro, sobre Everton Bombarda, Gerente de Esporte, que faz um trabalho, que não aparece, ele é a figura do professor, sua humildade e modéstia, no trabalho, são exemplares e, por isso, ainda há exceções no governo. Pena que eu não possa dizer a ele, que abandone o barco. Ao contrário de certas pessoas, que estão no barco, afundando, que, lá atrás, posavam para fotos, compareciam às festas, inaugurações. Faça como certos vereadores, que são fiéis ao governo, e permaneça até o fim, ou então, vá até a imprensa e diga: eu estou indo embora, não concordo com o governo. É claro que estou me referindo ao vice-prefeito. Não, pelo contrário, fica fazendo teatro e muito mal ensaiado. E a última dele é esta: “não vou fazer dobradinha com o prefeito, em 2016”. Ora! Já está fazendo! Mais uma vez, parabéns Everton Bombarda, e tomara que o moleque do prefeito não deseje cortar mais verbas do que as que está cortando, mas invista dinheiro de forma inteligente, racional, invista na segurança, nos Guardas Civis Municipais, invista mais neles, com equipamentos. Não dá para acreditar, em nada, do que esse infeliz faz”, discorreu. Como o próximo orador inscrito, Vereador Luiz Antônio Guarnieri, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Se fazemos críticas à administração, dizem que somos oposicionistas, mas cada vez mais, prova-se, que isto não é verdade. Hoje, recebemos aqui, os alunos do Centro Cultural e seus professores, solicitando o apoio desta Casa, para que continuem tendo aulas de dança, nos finais de semana, algo fundamental. O prefeito fere o Artigo 215, da CF/88, que dispõe sobre o incentivo à cultura, à promoção da cultura, pelo





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Poder Público. Não vou questionar aqui, se o requerimento que o Vereador Luís Roberto e eu pretendemos fazer surtirá resultado, mas é nossa obrigação, como vereadores, ouvir o anseio da população e cobrar respostas do prefeito. Ao invés disso, quero solicitar aos vereadores da base, que tanto defenderam o prefeito, até agora, que roguem a ele, peçam o retorno das aulas dos alunos, porque é fundamental, é necessário. Se for para cortar gastos, que se corte com inteligência, com planejamento, ao invés de tirar de onde há necessidade, justamente, da Cultura. O Centro Cultural é um local que tem que funcionar, pois, onde os jovens ficarão nos finais de semana? O professor André falou na tribuna e falou bem. Eles estão fazendo um trabalho de tirar jovens da rua, das drogas. Imaginem os jovens ociosos, nos finais de semana! Será que o corte faz efeito? O professor Denilson Scarpiti apresentou um estudo, através do qual ele prova, que o corte é inviável. Aliás, ele nem precisaria apresentar este estudo, porque cultura é fundamental. Portanto, ao invés de ficar questionando, se o pedido do vereador vai fazer efeito, ou não, precisa-se de gente para brigar, para lutar pela causa. Não são os vereadores da base que estão cobrando, mas sim, os alunos do Centro Cultural, que vieram aqui, representação do povo, solicitando ao prefeito, que cumpra algo. Então, peço aos vereadores da base, que levem até o prefeito este recado: se for para cortar gastos, cortar de onde precisa!”, argumentou. O próximo orador foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Vereadora Dayane. Se o prefeito ouvisse o vereador da base, como a oposição coloca, quando diz que tudo o que acontece, vem em virtude da base, que o apoia, seria bom. Todos nós somos vereadores e todos temos a prerrogativa de ir lá, no Gabinete do Prefeito, bater-lhe à porta e pedir reunião. Cada um tem a sua oportunidade e faça dela uso da melhor forma. Falo isto ao prefeito, frequentemente. Hoje, mesmo, já falei. A responsabilidade da caneta, de aprovar, ou desaprovar, fazer algo benéfico, ou não, é da pessoa que está exercendo aquele cargo, o de prefeito. Os Vereadores Cinoê e Leonardo, citaram exemplos de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

funcionários, que se dedicam. Eu também, posso citar vários exemplos. O poder de cobrar e exigir é de todos, base aliada, ou não. Aliás, a expressão ‘base aliada’. ‘A base é responsável por isso, ou aquilo’. Então, quer dizer que, no mandato anterior, do Carlos Nelson Bueno, para mim, um dos melhores mandatos, nesta cidade, a culpa é de quem o apoiou? As críticas do Cinoê Duzo, em cima dos erros cometidos, na administração Carlos Nelson Bueno, levaram-no a ser um dos mais votados, mais de dois mil votos. Então, vamos parar com este negócio de base aliada, ou ‘peço à base’, sugiro que o vereador faça o seu ofício, faça o seu requerimento, entregue-o no Gabinete do Prefeito, porque a vontade e a prerrogativa são do prefeito, e, se ele vai, ou não, atendê-los, cabe a ele. Se ele vai conseguir a reeleição, ou não vai, advirá daquilo que foi feito, cada um terá a sua resposta. Eu fui reeleito, fui o vereador com maior aumento de votos, e sempre apoiei Carlos Nelson. Então, sobre a conduta, não adianta vir aqui, dar murro, falar, gritar e bater no cachorro morto, que nada vai adiantar, ele nada vai ouvir. Devemos sim, tomar atitude. O que faz a mudança, hoje, chama-se ‘atitude’. Existem pessoas que tomam atitudes, que terão progresso e buscam vida produtiva, sem isso nada acontece. Eu não vou me responsabilizar nunca, pelos atos do Poder Executivo. Falo sempre. Em determinados momentos, precisamos dar aval a ele, porque ninguém consegue movimentar nada, ou fazer algo, sem confiança e apoio. Dizem que aqui, votamos contra tudo. O requerimento da Vereadora Marisa Helena, votamos favoráveis. Noventa e nove por cento dos projetos votamos favoráveis, mesmo questionados no gabinete. Então, não há motivo para ficarmos divididos entre ‘oposição’ e ‘situação’. Falta um ano para terminar o mandato e os foram erros cometidos, lá atrás. Tenha certeza, que hoje, estive no Gabinete do Prefeito, com ideias, e não estou falando para me promover. Como somos políticos, ficamos o tempo todo pensando numa forma de melhorar as coisas, das coisas serem diferentes, mas não vejo luz, nem no governo municipal nem no governo estadual e tampouco, no federal. Posição minha.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mas estamos sempre tentando, não podemos desistir nunca, eu nunca vou desistir de meus objetivos. E o que me traz aqui, é também a questão da Dengue. Vivemos momento difíceis, eu vivi maus bocados com a Dengue e farei a proposta da ideia do vizinho solidário, ou seja, reunir a vizinhança, para uma consciência coletiva, objetivando evitar focos e criadouros, porque a Dengue é sofrimento demais”, apontou. Como os próximos oradores inscritos, Vereadores Daniel Gasparini dos Santos e Laércio Pires, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Jorge Setoguchi, que reclamou, por não ter sido chamado para o uso da palavra, posto que estava inscrito. “Fiquei muito desapontado, por não falar no “Expediente”, porque disseram que eu não tinha assinado a lista de chamada e o Vereador Cinoê Duzo me viu assinando, bem como os Vereadores Osvaldo Quaglio e Luiz Guarnieri. Por que não pude falar? Soube que a lista foi rasgada e nada me foi comunicado, como assim? Complicado isso. É um documento, não é? Eu assinei e fica o meu desapontamento. Quanto à reforma da Câmara e Palácio de Cristal, eu sempre fui favorável à reforma deste prédio, para adequações e nunca pelo aluguel do novo prédio, sou contra o Palácio de Cristal. Agora, teremos despesa de mais de vinte e três mil reais/mês e vamos manter esta Casa também, algo na contramão da economia do país e do município”, explicou. Por fim, destacou requerimento que apresentou, para coleta seletiva de resíduos sólidos, pois sempre acreditara em dar um destino correto ao lixo, e convidou para Leilão Beneficente, em prol da APAE, agendado para o dia 27 de setembro, às 11 horas, com almoço, na sede da entidade. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h41, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM